



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania – [GT-Pensar a Europa – os paradoxos e desafios de um projeto em mudança]

A UNIÃO EUROPEIA SEM PORTUGAL

PALMEIRA, José António

Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais

Universidade do Minho

palmeira@eeg.uminho.pt

Resumo

O que dá e o que recebe Portugal da União Europeia (UE)? O balanço é positivo para ambos. Se é verdade que Portugal recebe o apoio de diversos fundos comunitários, também é verdade que é o país com a maior Zona Económica Exclusiva na UE, onde as embarcações de pesca europeias podem operar (Política Comum de Pescas). Portugal é uma fronteira da UE mas é também uma ponte com África e a América do Sul, onde países lusófonos, como Angola e o Brasil, desempenham um papel de destaque. Historicamente ligado ao mar e a outras culturas, Portugal está bem adaptado ao mundo global e é um ator diplomático estratégico para a UE.

Abstract

What gives Portugal to European Union (EU) and what receives? The balance is positive for both. It is true that Portugal receives the support of different community funds but this country gives the largest Exclusive Economic Zone of the EU where the Europeans fishing ships can operate (Common Fisheries Policy). Portugal is a frontier of the EU but is also a bridge with Africa and South America where Lusophone countries like Angola and Brazil have a special issue. Historically linked with the sea and other cultures, Portugal is well adapted with the global world and it is a strategic diplomatic player for EU.

Palavras-chave: Portugal, União Europeia, geopolítica.

Keywords: Portugal, European Union, geopolitics.

PAP0794

Quando a crise financeira de alguns países da zona euro ameaça a coesão da União Europeia (UE) e Portugal está entre os incumpridores do pacto de estabilidade e crescimento, parece-nos pertinente questionar se Lisboa representará um fardo ou uma mais-valia para UE. Cingindo-nos a uma análise meramente geopolítica, concluimos que sem Portugal a UE perdia uma vasta área marítima atlântica que para além de beneficiar a política comum de pescas é cruzada por um intenso tráfego mercantil tendo o Velho Continente como destino ou ponto de partida. Para além disso, a UE deixava de ter uma ponte privilegiada com os mercados da lusofonia, entre os quais se contam as potências regionais emergentes Brasil (inserido no Mercado Comum do Sul) e Angola (parte da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral). Não foi por acaso que as duas cimeiras UE-África e a primeira UE-Brasil coincidiram com a presidência portuguesa do Conselho. Por seu turno, a diáspora lusa, vasta e dispersa, representa também ela, pelos valores culturais que exporta, uma mais-valia para uma Europa cada vez menos influente face a um mundo crescentemente centrado na Ásia-Pacífico. Nenhum outro Estado, membro ou candidato, pode pois substituir Portugal nestas tarefas. Contudo, em tempos de incertezas e medos, a consciência política sobre esta evidência pode não ser um dado adquirido, seja na Europa, seja mesmo em Portugal.

A integração de um Estado na União Europeia (UE) não se avalia, fundamentalmente, pelo deve e haver da sua relação com o orçamento comunitário, embora se saiba que há quem mais contribua e quem mais beneficie do ponto de vista líquido. Aliás, o único elemento distintivo entre os Estados é a sua dimensão populacional que se reflete no peso institucional de cada um, por exemplo, no Parlamento Europeu ou nos órgãos consultivos (Conselho Económico e Social e Comité das Regiões). Os Estados podem também ser avaliados pelo seu empenhamento político no processo de integração, pela qualidade dos seus representantes ou pelo seu desempenho económico e social.

É sabido que Portugal entrou em incumprimento no que ao Pacto de Estabilidade e Crescimento diz respeito e que está a ser objeto de um programa de ajustamento envolvendo a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. A situação portuguesa, que se seguiu à grega e à irlandesa, colocou em questão a solidariedade comunitária, havendo setores da opinião pública europeia que questionaram essa ajuda e governos dos Vinte e Sete que a condicionaram a medidas nalguns casos consideradas draconianas. Embora os posicionamentos mais radicais, que punham em causa a manutenção no euro a até na própria UE, tenham sido esbatidos, no que a Portugal diz respeito importa analisar o custo/benefício para a União da sua participação enquanto membro.

O custo pode ser mensurado nos apoios que o país recebe dos diferentes organismos comunitários, dado o seu desenvolvimento ser em muitos casos inferior à média comunitária, ou no prejuízo que o desequilíbrio das suas contas públicas pode provocar ao valor cambial e à credibilidade do euro. Os benefícios não são tão objetivamente medidos, mas podem ser avaliados e ponderados com base num conjunto de factos.

Em termos populacionais, Portugal, com os seus cerca de 10 milhões de habitantes, é um país de média dimensão na UE, embora pareça pequeno numa comunidade de cerca de 500 milhões. Devido à natureza arquipélágica do seu território, o país tem, no entanto, uma vasta área marítima e aérea sob a sua jurisdição. A Zona Económica Exclusiva (ZEE) tem uma área de 1.727.408 quilómetros quadrados (que poderá passar para 3.027.408 quilómetros quadrados, caso seja aprovada a sua proposta baseada na extensão da plataforma continental) e controla um espaço aéreo com 6 milhões de quilómetros quadrados. Os Estados membros da UE são beneficiários destes espaços, em termos de Política Comum de Pescas e da política de liberalização do espaço aéreo através da criação do chamado Céu Único Europeu.

Estado do sudoeste europeu, periférico no conjunto dos Vinte e Sete, Portugal viu a sua importância geoestratégica reforçada com o fim da guerra fria (Este-Oeste) e o maior enfoque dado à problemática Norte-Sul; bem como com o acentuar dos fenómenos de globalização que minimizaram os efeitos do tradicional conceito de centro-periferia.

Portugal é um país de fronteira da UE (Schengen) e da Aliança Atlântica, pelo que é relevante o seu contributo para a segurança e a defesa na posição mais ocidental e a sul da Europa. A importância geoestratégica do seu território já havia sido reconhecida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte

(OTAN/NATO) ao integrar Portugal como membro fundador, em 1949, apesar da natureza autoritária do seu regime político. Ela foi confirmada na última reforma estrutural da organização, em 2011, que atribuiu a Portugal a sede da Força de Reação Rápida da OTAN (STRIKFORNATO). O mesmo aconteceu com a UE que valorizando não apenas a tradição marítima portuguesa, universalmente consagrada nos Descobrimentos, mas também a dimensão da sua ZEE, atribuiu a Lisboa a sede da Agência Europeia de Segurança Marítima.

Realizando-se cerca de 90 por cento do comércio externo e cerca de 40 por cento do comércio interno da UE por via marítima, este espaço comunitário ganhou relevância geoeconómica. O alargamento do canal do Panamá, com conclusão prevista para 2014, irá aumentar o fluxo comercial/marítimo entre a Ásia/Pacífico - grande produtora, máxime a China - e a Europa - principal consumidora, a par dos Estados Unidos da América (EUA) -, sendo o porto português de Sines o primeiro porto europeu de águas profundas situado nesse corredor. Por esta evidência, a Comissão Europeia deu luz verde ao governo português para privilegiar a linha férrea de mercadorias no âmbito das redes transeuropeias, sendo Sines um interface dotado de terminais e de ligações rodoviárias e aéreas (aeroporto de Beja), preparado para a acomodação e o escoamento dessas mercadorias.

Portugal dá à Europa uma acentuada vertente atlantista, tanto do ponto de vista geográfico como político. A geopolítica portuguesa tem exemplos bem recentes disso mesmo, desde logo pelo tradicional alinhamento com os EUA, confirmado na cimeira das Lages, em 2003, que precedeu a segunda investida de forças norte-americanas e seus aliados contra o Iraque de Saddam Hussein, a pretexto da existência de armas de destruição massiva naquele território. À chegada de um português, Durão Barroso, à presidência da Comissão Europeia, um ano depois (2004), também não será estranha essa faceta, se nos recordarmos que ela ocorreu num momento de particular desgaste nas relações euro-americanas, ditado pela Guerra do Iraque (“Velha” e “Nova” Europa).

A Comissão Barroso ajudaria a aumentar a centralidade geográfica portuguesa, ao colocar o mar no mapa político da UE, através da sua proposta de uma Política Marítima Integrada Europeia, viabilizada em 2007, no Conselho Europeu de Lisboa, deixando o mar de ser apenas sinónimo de pescas para os Estados membros.

As presidências portuguesas da UE, designadamente as de 2000 e 2007, evidenciaram ainda outra característica da diplomacia portuguesa que é o papel de ponte com outros espaços geopolíticos, designadamente África e América Latina, com a realização das primeiras cimeiras UE-África (2000 no Cairo e 2007 em Lisboa) e UE-Brasil (2007).

Esta “marca” portuguesa é potencializada pela institucionalização do espaço lusófono (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), em 1996, um espaço de cerca de 240 milhões de consumidores que pode ainda ser alargado aos mercados regionais que esses países integram, designadamente o Mercado Comum do Sul (Brasil), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Angola e Moçambique) e a Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (Guiné-Bissau e Cabo Verde).

O mesmo papel já desempenhara Portugal na OTAN, quando esta organização realizou em Cabo Verde, em 2006, o primeiro exercício militar fora da sua área territorial.

Para além de europeu, atlântico e lusófono, Portugal tem outra característica genética que é o seu universalismo. Desde os Descobrimentos, no século XV, até hoje, através de uma diáspora de cerca de 5 milhões de portugueses, espalhados pelos cinco continentes, que o país leva a sua cultura, europeia, a vários cantos do mundo, importando também para a Europa valores das culturas com que interage. Esta característica é particularmente relevante numa era de globalização, acentuada pela liberalização do comércio mundial, não deixando de se notar o simbolismo de Portugal ser o único país que tem na bandeira nacional a representação do próprio globo (esfera armilar).

Não será que outros Estados poderiam substituir Portugal nas tarefas aqui descritas como sendo de “serviço público” à UE? Pontualmente pode-se considerar que sim, mas glosando o conteúdo de um anúncio publicitário, não nos parece que fosse a mesma coisa. Com efeito, uma das riquezas do projeto europeu é alicerçar-se numa matriz histórica e cultural que resulta da pluralidade dos seus membros. Com uma das

fronteiras mais antigas, a caminho dos nove séculos, Portugal é uma peça necessária no *puzzle* europeu, atendendo à sua idiossincrasia - a exemplo de outros Estados, como a Grécia (para citar outro país que está “debaixo de fogo” nórdico). Isto se se quer construir um projeto europeu perene, alicerçado em valores culturais e sociais, e não apenas em aspetos materiais que são conjunturais e volúveis.

Bibliografia

Bastos, José G. P. (2000). *Portugal Europeu: Estratégias Identitárias Inter-nacionais dos Portugueses*. Oeiras: Celta.

Dehove, Mario [dir.] (2004). *O novo estado da Europa*. Lisboa: Campo da Comunicação.

Lourenço, Eduardo (2001). *A Europa Desencantada: Para uma mitologia europeia*. Lisboa: Gradiva.

Moreira, Adriano *et al.* (2003). *Portugal e a Construção Europeia*. Coimbra: Almedina.

Oliveira Martins, Guilherme (2010). Europa: Identidade, Identidades. *Europa: Novas Fronteiras*, 26/27, 223-228.

Palmeira, José (2006). *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.